

(http://oasc17115.247realmedia.com/RealMedia/ads/click_lx.ads/rmanj/interstitial/_on_www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/porto&mar/governo-suspende-leilao-portuario-por-falta-de-empresas-interessadas/758090311/x31/default/empty.gif/3334795a3531645a635a774141705938?x)

Governo suspende leilão portuário por falta de empresas interessadas

Área seria arrendada no porto de Santarém, no Pará

DA ESTADÃO CONTEÚDO

08/06/2016 - 13:43 - Atualizado em 08/06/2016 - 14:02

O único terminal portuário que o Governo pretendia leiloar na próxima sexta-feira (10), com o arrendamento de uma área para fertilizantes do porto de Santarém, no Pará, naufragou de vez.

Na tarde da última segunda-feira, o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, decidiu suspender o pregão, pela dificuldade em encontrar empresas interessadas ou até mesmo habilitadas para a disputa. Não há previsão sobre quando o terminal voltará a ser oferecido à iniciativa privada.

A decisão é mais um revés na estratégia de fazer das concessões um atalho para a retomada do crescimento econômico e do emprego. Na sexta-feira passada, o Governo já havia desistido do plano de leiloar outros cinco terminais no Pará.

Em nota, o Ministério informou que "a decisão segue o mesmo critério adotado para o adiamento de outros cinco terminais de granéis sólidos em Barcarena, Santarém e Outeiro, no mesmo Estado". A justificativa foi que "a modelagem dos editais deverá ser ajustada com o objetivo de melhor atender à demanda atual".

A Reportagem apurou que havia ao menos uma empresa interessada no terminal de fertilizantes, mas o candidato não conseguiu reunir as garantias para participar do leilão.

Na semana passada, Maurício Quintella teve reuniões com diversos representantes do setor portuário. Nas conversas, ouviu relatos sobre dificuldades de financiamento e instabilidade econômica e jurídica das propostas, além do elevado grau de intervencionismo.

O Governo já tem enfrentado dificuldades nas concessões de rodovias. A primeira estrada a ser concedida, a chamada Rodovia do Frango, entre Santa Catarina e Paraná, foi para o fim da fila, por causa do alto custo de pedágio e por um conflito federativo.

O trecho rodoviário entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG) deve ser o primeiro a ir a leilão, mas, segundo técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a previsão mais otimista é que isso ocorra em meados de novembro. Na área de ferrovias, ainda não há definição clara sobre qual modelo de concessão será usado.

Apesar das dificuldades com as concessões logísticas, o secretário-executivo do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Moreira Franco, afirmou que os leilões na área de óleo e gás podem gerar investimentos de R\$ 300 bilhões no curto prazo. "Vejo esse setor como fundamental para movimentar a economia do Rio de Janeiro e tirar meu Estado da crise, gerar emprego, aumentar a renda, fazer a roda girar", afirmou Moreira, que já foi governador do Rio, no Twitter.

Legislação

Segundo o secretário-executivo do PPI, o primeiro passo para destravar licitações é a conversão em lei do projeto do senador José Serra, atualmente ministro de Relações Exteriores. O texto, já aprovado no Senado, mantém o regime de partilha, mas acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras participar de todos os leilões de exploração do pré-sal.

O governo do presidente em exercício Michel Temer tem em mãos um levantamento preliminar de uma centena de novas concessões e 40 renovações de contratos da área de transportes para os próximos dois anos, caso o afastamento definitivo de Dilma Rousseff seja aprovado pelo Senado. As agências reguladoras calculam investimentos da ordem de R\$ 110,4 bilhões em aeroportos, rodovias, portos e ferrovias.

A ideia do governo é embalar as concessões que estão na gaveta no programa Crescer, que deve ser lançado pela secretaria do PPI. Ainda faltam os projetos da área de energia. A meta da secretaria é fazer ajustes nos projetos que estavam sendo estruturados pela equipe da presidente afastada Dilma Rousseff.